

## **CRISE DO CAPITALISMO, EMPREGO E ESCOLA: NATURALIZAÇÃO DO DESEMPREGO**

Rafael Ademir Oliveira de Andrade\*  
rafael\_ademir@hotmail.com  
Maria do Carmo dos Santos\*\*  
profpaz@gmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho visa analisar a relação entre o capitalismo e sua crise estrutural com a mais recente crise deste sistema social e a nova configuração do emprego e da escola, objetivando estabelecer uma discussão crítica sobre o tema, além de sua contextualização sócio histórica. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, com fichamento e leitura analítica de textos que abordam o objeto em leitura. Nessa investigação, constatamos que após um grande período de expansão, o capital passa por um novo momento de crise, onde suas formas de produção são transformadas, aumentando exponencialmente a exploração do trabalhador e a confirmação do trabalho como uma exceção, não como uma realidade à ser alcançado com facilidade. Neste momento, a naturalização do desemprego é realizada pelos aparelhos ideológicos de Estado, à serviço da ideologia burguesa. Nesse processo o desemprego é dado como culpa do trabalhador, que não se preparou, se qualificou para estar concorrendo às vagas no mercado de trabalho. O discurso da empregabilidade e qualificação foi assimilado pelas escolas e outras instituições de ensino nos últimos anos, o que requer uma reflexão sobre a função e exercício da escola em tempos de crise capitalista, como afirmadora dessa condição de exploração ou como expoente de uma crítica à essa exploração crescente às classes trabalhadoras. Eis o eixo da discussão deste artigo.

**Palavras-chave:** capitalismo; crise; desemprego; educação.

### **1 INTRODUÇÃO**

Esse trabalho é fruto das discussões realizadas na disciplina Educação e Trabalho, ministrada pelo professor Doutor Marco Antônio Gomes, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia e ele agrega talvez, um dos problemas centrais que um historiador e um cientista social possam pensar e discutir com relação à educação. Qual o papel da escola na sociedade, historicamente falando? E quando falamos de história, quando assumimos o paradigma marxista para nossa discussão, estamos falando também do motor da história, a luta de classes. Na sociedade capitalista que temos, onde as desigualdades são denunciadas nos meios jornalísticos mais sérios e nas teorias científicas, questiona-se como a escola se posiciona como ela confronta os educandos com esse momento histórico e social. Pode-se afirmar que ela pode ter variados posicionamentos, mas estes

---

\* Sociólogo e Mestre em Educação. Professor na Faculdade São Lucas.

\*\* Psicóloga, Mestre em História e Doutora em Educação. Professora no Departamento de Educação na Universidade Federal de Rondônia.

servirão para a manutenção ou transformação dessa realidade, quer ser por uma postura reacionária ou neutra – ambas são favoráveis à manutenção – ou transformadora, porque não dizer, revolucionária. E mais, se a escola é reacionária, há espaços para o contra discurso? Esta é a inquietação primeira que nos levou ao esforço que se concretiza nessas palavras.

O capital passou por um grande período de expansão até a década de setenta do século XX, experimentando um período de retração que chega em muitos aspectos até os dias atuais. Os pensadores neoliberais tendem a enfrentar este momento como uma crise passageira, mas a leitura da teoria marxista o compreende como mais um sintoma da crise estrutural do capitalismo, que não pode ser superada totalmente, pois está na “natureza” de sua ação social, é uma marca própria da sua existência. O historiador Eric Hobsbawm (Era dos Extremos, 1995) aponta que após a era do ouro vivida pelo capitalismo até a década de setenta, o desemprego se apresenta estruturalmente em uma parcela consistente dos países capitalistas e nos países órfãos pós-queda da União Soviética.

Realizando uma revisão histórica, pode-se afirmar que o capital enquanto sistema dominante transforma suas formas de produção e acúmulo para continuar sua demanda ao custo das classes oprimidas, não proprietária. No contexto do final do século XX, há o aumento do desemprego, mas não há baixa do índice de desenvolvimento dos países ricos do grande eixo econômico. De forma generalizada, temos o detrimento do trabalhador e do trabalho e a expansão do mercado.

Nesse momento a escola se transforma em muitos aspectos, saindo da perspectiva integradora dos indivíduos em sociedade – sendo essa uma perspectiva igualmente utópica – para dar maior importância à inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, pois há o aumento da competição pelas poucas vagas de emprego disponíveis. A intenção de reproduzir a lógica do capital dentro das relações de ensino e integração da escola aponta a vitória da indústria cultural (ou da ideologia dominante) enquanto produtora de subjetividades sobre os parâmetros educacionais e uma diminuição da educação enquanto transformação e reflexão da realidade social, o foco está no emprego e desemprego.

Esse “novo” discurso dentro da escola está intrinsecamente ligado à integração dos indivíduos à vida produtiva, a empregabilidade, altamente difundida nos cursos profissionalizantes e de formação superior tecnológica. A empregabilidade surge enquanto um discurso de naturalização do desemprego, colocando a culpa da miséria sobre o trabalhador que está pouco preparado para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, ao passo que seu concorrente está. Essa lógica foi amplamente absorvida pelos currículos escolares, que em sua maioria visam a preparação para vestibulares e concursos, impondo a lógica do

individualismo e concorrência sobre os educandos em detrimento da integração dos mesmos em sociedade, seus males e benefícios.

Usando amplamente de sua coerção ideológica e política, o capital naturaliza o desemprego e “joga a culpa” dessa situação para a classe trabalhadora, que se desfragmenta em concorrência e individualismo, se esquivando ou não tendo acesso à suas atribuições históricas. A história aponta exemplos, as grandes navegações, as revoluções burguesas, o toyotismo e o fordismo são aspectos da constante mudança do capital sempre em busca de novos mercados e superação de suas crises em detrimento da vida do trabalhador e de sua formação integral.

## **2 A CRISE DO CAPITALISMO NO SÉCULO XX E SUAS EXPRESSÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Após um longo período de acumulação do capital que ocorreu durante a expansão do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo da década de 70 do século XX começou a dar sinais evidentes de uma crise estrutural generalizada. O que entrou em crise na década de 70 foi a solução para a crise da década de 30: “as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista” (FRIGOTTO, 1995). Essa crise não é fruto da intervenção do Estado nos negócios individuais, da garantia dos ganhos de produtividade e estabilidade dos funcionários, como afirma a política neoliberal, já apresentada acima no texto, mas é um elemento natural, decorrente do padrão de acumulação e natureza do capitalismo. A natureza e os traços dessa crise serão abordados neste recorte do texto.

O teórico Ricardo Antunes (1999) aponta como traços mais evidentes dessa crise a queda da taxa de lucro pelo aumento do preço da força de trabalho, decorrente da intensificação das lutas sociais da classe trabalhadora na década de 60, o esgotamento do padrão de acumulação do modelo fordista e taylorista de produção, onde a grande produção não foi acompanhada pelo baixo consumo causado pelo desemprego estrutural, o desenvolvimento da esfera financeira, independente dos capitais produtivos, maior concentração de capital graças as fusões e aos monopólios, a crise do Estado de bem estar social, retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado e o aumento das privatizações que flexibilizou e desregulou os processos produtivos.

Essa crise tem sua razão na grande produção que não foi consumida e que levou ao investimento no capital financeiro na década de 70 (o que gerou a explosão da grande bolha

financeira nos Estados Unidos e a uma nova crise). Essa crise é expressão de uma crise complexa do capital, graças ao traço destrutivo do próprio sistema capitalista, presente na lei de “tendência decrescente do valor de uso das mercadorias”, da incapacidade de controlar o próprio desenvolver do capitalismo e como citamos anteriormente, da contradição original entre as classes sociais.

Para Gaudêncio Frigotto, essa crise representa uma transformação no jogo do capitalismo, uma crise no processo civilizatório, marcado pela crise do socialismo e do período de acumulação capitalista (FRIGOTTO, 1995). E indo além, o mesmo autor apresenta que sintomas dessa crise se apresentam nos dias atuais de forma muito mais aguda, pode-se adicionar que nos dias atuais a propaganda tenta mascarar o jogo a favor do capitalista, afirmando o fim da crise ou sua iminente superação.

Como resposta à esta crise, a burguesia reorganiza o capital a partir de seus aparelhos ideológicos e políticos de dominação. Pode-se citar como pontos mais evidentes dessa reorganização, que parte do liberalismo, aporte ideológico principal do capitalismo, que tem como seus pensadores fundamentais pensadores como Locke, Adam Smith, Montesquieu, Hobbes e Rousseau. Já o neoliberalismo tem como pensadores fundamentais Friedrich Hayek e Milton Friedman. Em conjunto essas formas de pensamento apontam para a privatização de instâncias do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e desmontagem do setor produtivo estatal, sendo voltado para o setor privado (ANTUNES, 1999), a apresentação mais violenta da crise nos empregos de terceiro mundo, a degradação ecológica e a formação de um novo regime de acumulação capitalista. Segundo o pensamento neoliberal, o Estado seria o responsável pela crise econômica, daí aponta a solução do Estado mínimo, principalmente para as questões sociais, beneficiando as classes ricas, assim como o pensamento contratualista dos primeiros pensadores liberais.

Em suma, essa resposta tem na “privatização do conhecimento e nos processos de exclusão suas armas básicas. Por certo, esta forma de resposta não é nem a única, nem a humanamente desejável” (FRIGOTTO, 1995). É o regime do governo das instituições mundiais, tendo como maior exemplo o Banco Mundial.

Aqui a burguesia se fundamenta ainda mais na dominação das massas. No meio dessa transformação e destruição das forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial uma destruição da força humana, gerando um desemprego em grande escala e estrutural por todo mundo do trabalho. Não podemos deixar de citar Hobbsbawn (1995) que afirma a crise do emprego se deu também como consequência da era do ouro, pela troca de homens pelas máquinas, pois um número reduzido de trabalhadores em

conjunto com máquinas poderiam atender as demandas de produção, também pela migração das indústrias para países de mão de obra barateada. Ações essas tomadas pela maximização do lucro em detrimento do trabalhador, uma expansão do mercado, mas não do emprego.

Citando ainda o historiador Eric Hobbbsawn, este aponta que os anos de 1973 a 1993 são marcados por um mundo que perde suas referências. Pelos pensadores do capitalismo a palavra recessão é usada ao invés da palavra “crise”, a publicidade é especialista em mascarar isto. Essa crise ocorre apesar das grandes mudanças no mundo e novidades tecnológicas no mundo do trabalho, entretanto, em 1990 os países eram mais ricos do que na década de 70, apesar dessa crise (HOBBSAWN, 1995). Isso demonstra a capacidade do capitalismo em continuar progredindo mesmo em momentos de crise, pois ele direciona para a classe operária, nas relações de trabalho, a razão para continuar lucrando e explorando.

Os movimentos do capitalismo pela solução da crise foram variados. Uma das alternativas mais usadas era a propaganda, onde o prêmio Nobel premiou dois liberais na década de 70, o liberalismo como a nova resposta à crise e plano de suas ações. Houve também nessa busca por soluções uma disputa, de um lado os keynesianos, visando o pleno emprego, altos salários, o bem-estar social e do outro os liberais, que pregavam de forma velada a derrocada de tudo isso em prol do lucro.

Outra busca de soluções para a crise foi a transformação de suas formas de acumulação e por consequência, do consumo e da política pública para o trabalho. Os sistemas antigos de produção, o taylorismo e fordismo se mostravam ineficientes frente ao novo mundo de capital financeiro e desemprego, pois eram baseados na produção em massa de mercadoria, de forma homogênea e verticalizada, baseado no trabalho fragmentado, havendo separação entre a execução e elaboração do trabalho, tudo isso a partir da acumulação intensiva por trabalhadores semiqualeificados, o operário-massa (ANTUNES, 1999, p. 37). Esses modos de produção foram amplamente usados no capitalismo até as décadas de 60 e 70, onde começaram a dar sinais de esgotamento.

A partir do desenvolvimento do Estado de bem-estar social, que surge com as propostas de J.M. Keynes no período pós Segunda Guerra Mundial, feito a partir de uma mediação entre o Estado (partidos burgueses ou sociais-democratas) com as instituições representantes dos trabalhadores, onde se trocava o projeto histórico-social da classe trabalhadora, a revolução, pelos benefícios de um estado de bem-estar social. Além desse desvio de projeto, o compromisso permitia a exploração dos trabalhadores do terceiro mundo, totalmente fora do processo.

Desse processo de cooptação de importantes lideranças do proletariado surge o “fetiche do Estado”, onde se pensa que a maior participação do proletariado no Estado burguês diminuiria as pressões da classe burguesa sobre os trabalhadores, mais uma forma de desvio do projeto inicial da classe oprimida. Pode-se afirmar que esse movimento de solução da crise surge os movimentos especializados, enfraquecendo a esquerda, que abandona seu plano político, dando espaço para que governos marcados pela ideologia populista desviem o foco da classe operária do seu ideal universal pelo aumento de alguma identidade grupal (HOBBSBAWN, 1995). Esses movimentos especializados caminham em direção contrária aos avanços da classe operária na década de 60 que foram marcos no confronto ao fordismo/taylorismo, da subordinação estrutural do trabalho ao capital.

Essas lutas de classe ocorridas na década de 60 e 70, junto com a crise foram as principais formas de ataque à hegemonia do capital e representam, em última instância, o esgotamento dos sistemas fordistas, tayloristas e do estado de bem-estar social. Nesse contexto de crise e conflitos que a força do capital se reorganiza e passa a explorar não apenas a força física do trabalhador, mas como sua força intelectual, surgindo então o toyotismo como solução para a crise (ANTUNES, 1999) e novas formas de exploração do trabalhador pelo capital.

O toyotismo, ou modelo japonês, é conhecido pela acumulação flexível em contraposição à acumulação indiscriminada do fordismo/taylorismo. A origem dessa forma de pensar a produção se deu em meio à crise e da necessidade de controlar as lutas de classe, em suma, as reformas no capital surgem da intenção de controlar a sociedade e os meios de produção (trabalho). No plano ideológico, as transformações se deram a partir do culto ao subjetivismo e de um ideário fragmentador, com apologia ao individualismo e buscando evitar a solidariedade das classes operárias, resultando no surgimento de grupos pelas minorias (ANTUNES, 1999; HOBBSBAWN, 1995). O toyotismo intensifica os processos de dominação da classe operária (e por qual motivo o capitalismo andaria em um processo contrário?), pois aumenta a produção ao ponto que diminui o número de trabalhadores, gerando mais lucro e intensifica o processo de controle e gestão dessas atividades.

Essa forma de organização do trabalho se baseia em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, com base na informação e informatização ampliada do processo de produção. Há também o desenvolvimento das ciências da administração e gestão de recursos humanos que se esconde na falácia da “qualidade total do trabalhador” quando na verdade visa uma participação manipuladora e manter na essência, o trabalho enquanto ação alienada. Essa gestão de recursos humanos visa explorar os sujeitos de



forma mais eficiente, aumentando as condições de exploração da força de trabalho, reduzir ou eliminar o trabalho improdutivo (a partir da qualificação) gerando o que se pode chamar de “empresa enxuta” (ANTUNES, 1999).

Essa nova forma de exploração, o toyotismo, se baseia no chamado “*team work*” que é o trabalho em equipe, traduzido literalmente. Essa forma de ação, geralmente direcionada pelo intelectual da administração, o gestor, leva a uma intensificação da exploração, ou seja, a produção deve aumentar no mesmo tempo de trabalho ou até mesmo com a redução do número de funcionários. Pela especialização, preparo do trabalhador, exploração intensificada e pelo advento em massa da tecnologia, o toyotismo aumentou a exploração.

O administrador e o gestor de recursos humanos servem para direcionar os trabalhadores mais qualificados, selecionados dentro de uma grande massa de desempregados pelo fato de estarem mais aptos à servirem, eis o surgimento da falácia da empregabilidade nesse contexto. Esses funcionários devem ser multifuncionais e envolvidos com o processo de produção, como dizem “vestir a camisa da empresa”, vestir a camisa do patrão que explora e mata por inanição intelectual muitos seres. Ricardo Antunes conclui seu texto (1999) com a afirmação de que o toyotismo está passando do oriente para o ocidente e sendo praticado por empresas de vários ramos.

O toyotismo é o ponto chave para a empregabilidade, por sua forma de gerenciar os recursos humanos e produção. Surge na década de 70, mas a evolução é corrente até mesmo nos dias atuais<sup>1</sup> em empresas, nos mais variados contextos, ramos e tamanhos. Após a análise do capitalismo enquanto sistema, da crise do emprego no século XX e suas consequências para os dias atuais, no próximo momento nós pretendemos apontar nesse trabalho a inserção da falácia da empregabilidade na escola, na educação formal.

### **3 POR UMA DESNATURALIZAÇÃO DO DESEMPREGO E DA “ESCOLA PARAÍSO”**

Viviane Forrester (1997) em o Horror Econômico nos fornece uma perspectiva da sociedade e do desemprego que corresponde de um lado, com a realidade social que podemos perceber em nossos textos e telejornais e de outro lado é antagônica ao que prometem os centros de formação e escolas, que podemos chamar de “escola paraíso”. É um paraíso, pois

---

<sup>1</sup> Um dos autores deste trabalho, AUTOR 01, se graduou em gestão de recursos humanos em 2006, tendo acesso ao que está sendo analisado nesse trabalho por outro prisma, a do gestor. Esta visão soma às pesquisas realizadas não esgotando a discussão.

promete a contraposição ao horror, ao inferno que vivemos atualmente enquanto humanidade sobre a égide econômica e ideológica do capitalismo. Promete o emprego como o vendedor de carros que promete a felicidade: se você não é capaz de arrumar o emprego a culpa é sua, se comprar o carro em centenas de prestações impagáveis lhe faz infeliz, a culpa é de sua condição social.

Voltemos então a Forrester, em uma breve apresentação que nos servirá como base para entender o sentimento da empregabilidade, sentimento ou sentido de existência dessa face da ideologia capitalista no mundo do trabalho e educacional. Vivemos em uma sociedade onde almas e corpos se tornam simples estatísticas – contados na indústria dos mortos nos programas policiais – e as pessoas tem direito, muitas vezes, a apenas esperar a morte dentro de suas identidades precárias ou anuladas pelo grande processo de massificação e produção de subjetividades controladas. Nessa sociedade de homens controlados, os discursos sobre o desemprego fazem com que eles se acusem até mesmo do que são vítimas (FORRESTER, 1997).

Estão todos nessa condição de miséria, de perda iminente de vida e do mínimo bem-estar por sua incapacidade, falta de aptidão e essa vergonha causa paralisia, falta de resistência, resignação do homem explorado frente à realidade econômica, que tal qual um deus antigo, se apresenta como natural, sempre foi assim, sempre estando lá mesmo após a morte. Essa vergonha “deveria ter cotação na Bolsa: ela é um elemento importante do lucro” (FORRESTER, 1997). Para não sentir essa vergonha, o trabalhador deve ser “útil”, ou seja, melhor qualificado para ser explorado em um emprego onde terá as condições mínimas de comprar algo e por sua vez, ser algo, quando de fato ele não é nada além de massa manipulada não mais para a fome, mas para o consumo, do pouco que tem para o burguês.

Há um fato: de que desde suas crises iniciais, o sistema de trabalho está cada vez mais deteriorado mais continua exercendo força sobre os trabalhadores e desempregados. É o que Forrester chama de violência da calma (1997), aquela que anestesia, permite que os momentos de fúria sejam esquecidos ou projetados em outra coisa, nunca a causa primeira da vergonha. O que se tem em foco na sociedade capitalista é o lucro, nunca a condição humana: desde Marx até os dias atuais (e por isso Marx é tão atual) o salário deve servir para manter as mínimas condições de existência para o trabalhador, para que continue servindo ao senhor da fábrica no outro dia. Não se pode recorrer ao Estado, pois ele é e sempre foi uma estrutura que serve ao capital, à classe burguesa, a intenção deste é fingir que algo funciona ou que funcionará, sabendo nós que apenas a revolução proletária trará tal mudança das estruturas



sociais – basta um olhar menos manipulado globalmente para a vida em Cuba, enquanto país socialista, para seus índices de desemprego, analfabetismo e fome.

O Estado capitalista e a propaganda privada mentem com relação aos poderes, afirmam que capitalismo, exploração, classes, lucro são palavras em desuso, ou melhor, que a história é um fim, que o capitalismo sempre será. Enquanto isso, somos livres, temos planos sociais, previdência, democracia, somos assistidos por um Estado pai ou por um deus. Esse controle sobre os sujeitos só deveria existir em romances de ficção científica, como Admirável Mundo Novo de Huxley, mas que são cada vez mais presentes em nossa realidade. Parecida com a ficção que nos causa medo.

Dentro dessa sociedade, o sonho de todo trabalhador é arrumar um emprego, pois teme a miséria e quer estar mais perto da classe rica, o que são apenas sonhos que castram os indivíduos em sua impossibilidade. Nessa sociedade de bilhões de indivíduos, o exército de reserva não necessita mais de todos, ou seja, em razões econômicas muitos indivíduos não são mais necessários, mesmo assim eles vivem (FORRESTER, 1997). Ainda nessa mesma sociedade, a concorrência impera entre os indivíduos pelos empregos que restam, disputa essa incentivada em todas as instituições, inclusive a escola, pois não causa mal nenhum ao sistema, não o altera de nenhuma forma, apenas o reforça. Esse é o espírito social que permeia nossas escolas, que lemos na forma que iremos apresentar a seguir na forma pela qual o toyotismo migrou para o mundo do trabalho em geral e suas implicações diretas na escola.

Uma teoria que procura agrupar o campo econômico à educação é a do capital humano. Ela nasce e retira sua sustentação no período de desenvolvimento do capitalismo marcado pelos Estados de bem-estar social e na confiança do pleno emprego. Foi a crise da era do ouro na década de 70 que contribuíram para a alteração da função econômica atribuída à escolaridade (GENTILI, 2004), pois as profundas transformações no campo econômico – tentativas de superação do capitalismo – criaram as condições necessárias para a modificação dessa função econômica da escola ou atribuída à escola, dessa forma a partir da década de 90, a teoria do capital humano deslocou a ênfase na função da escola para formação para o emprego.

Dessa forma, se faz crer que a educação e pobreza podem viver em um vínculo, mesmo que conflituoso que tem uma função específica dentro de um plano de desenvolvimento econômico, basta pensar que nem sempre a miséria dos homens representa a miséria das nações, estas continuam enriquecendo mesmo com a morte em massa dos homens pela miséria. Esse discurso é uma queda do discurso neoliberal de liberdade para todos, o mundo é uma grande concorrência voltada para o mérito e individualismo.

Se antes, no período da Era do Ouro do capitalismo, a escola e os sistemas educacionais eram considerados uma instituição de capacidade integradora no sentido social, a partir de 1980 ela não é considerada mais como tal, mas como uma importância produtiva dos conhecimentos, aportado na competição global capitalista surgida na crise e na tentativa de superação, essa educação visava um resqúicio de pleno emprego e não mais a integração democrática. A partir da década de 80 há uma valorização da importância produtiva dos conhecimentos e na disputa internacional das potências capitalistas e dos países emergentes buscando sua participação nessa disputa.

Um dos exemplos dessa transformação no Brasil se dá com o parecer número 252/69 CFE, que regulamenta o currículo mínimo do curso de pedagogia que representou um estrangulamento da educação como consciência, voltado para a formação de técnicos administrativos em educação, o papel se transformou de tomada de consciência para ser treinamento, domesticação.

A predominância da educação técnica no Brasil a partir de 1966 (acordo entre MEC e Agência para o desenvolvimento internacional dos Estados Unidos, USAID, vertentes do novo poder mundial) escondia a “ideologia do desenvolvimento, visando o aperfeiçoamento do sistema industrial e econômico capitalista” (GADOTTI, 2005). As raízes dos nossos modelos educacionais são econômicas.

A teoria do capital humana fazia crer que o processo de escolaridade era “um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual” (GENTILI, 2004). O que podemos perceber é um discurso, sempre em prol e deliberado pelas elites, de que um país rico e competitivo geraria uma riqueza generalizada para as pessoas que nele residiam, estimulando uma forma de competição como integração. Esse discurso caminha em dois pontos: primeiro aumentando a taxa de lucro e acúmulo dos capitalistas e segundo, estimulando a competição e a segregação da classe trabalhadora pela ilusão de trabalho igual a riqueza, sendo que, por mais que haja grande trabalho, o lucro sempre ficará nas mãos do patrão e o trabalhador raramente sairá da linha da miséria.

Essa função de “competir é integrar” é uma função ainda atrelada ao Estado, que sofre um processo de privatização nos anos posteriores, há uma progressiva privatização da função econômica da escola (GENTILI, 2004). O que ocorreu nesse momento foi que:

Passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc.) para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho (GENTILI, 2004, p. 51).

Com essa lógica marcada pelas capacidades e competências individuais, a disputa entre keynesianos e liberais que se iniciou na década de 70 (HOBBSBAWN, 1995) finalmente se encerra e está morta definitivamente a promessa do pleno emprego e está instaurada a promessa da competitividade total. Nesse contexto se instaura definitivamente a falácia da empregabilidade, que se esconde como a capacidade de conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho, ou de estar apto para exercer as funções que se candidatar.

Eis como esse discurso ganha força como uma das soluções para o maior mal do final do século, cujas raízes levam-nos à inúmeras crises do capitalismo, o desemprego. A ação do capitalista na tentativa de superar essa crise acompanha uma flexibilização dos mercados de trabalho mediante redução de encargos patronais e formação permanente do profissional.

Essa formação continuada visa aprimorar o trabalhador no mundo de mercado, tornando-o mais rentáveis e melhor adaptados ao mundo do trabalho e cada vez mais distantes da totalidade da cultura, de uma vida menos incompleta, essa perspectiva visa despolitizar a massa, torna-la servil e feliz ao ser profissionalizada (GADOTTI, 2005). Em uma sociedade onde as necessidades são criadas cada vez mais por uma máquina de propaganda e por um relance constante de consumos de bens, quem decide que nós temos necessidades de novos conhecimentos? Essa qualificação serve apenas ao capital, não aos trabalhadores, pois justifica o desemprego e o consumo, colocando a culpa naqueles que não tem meios para fazê-lo.

Em suma, a empregabilidade é o novo discurso legitimador do desemprego, desempenhando uma função simbólica central e parte de uma lógica simples “a escola é uma instância de integração dos indivíduos ao mercado, mas não todos podem ou poderão gozar dos benefícios dessa integração” (GENTILI, 2004), pois no mercado de trabalho altamente competitivo não há espaço para todos. Nesse contexto que a teoria do capital humano reaparece como legitimação e certificação científica de que a escola deve ser uma instituição de integração dos indivíduos à vida produtiva. A empregabilidade recupera o individualismo da teoria do capital humano, mas acaba com a ligação entre capital humano individual e

capital social, agora as economias podem conviver com altas taxas de desemprego, pois a culpa do desemprego é exclusivamente do trabalhador que não se qualificou o necessário.

O discurso da empregabilidade representa uma desvalorização do direito universal ao trabalho e uma valorização da lógica competitiva e individualista na disputa pelo sucesso em um mercado de trabalho excludente. E não existe relação entre grande qualificação e obtenção direta de emprego, mesmo alguém qualificado pode estar desemprego, fato que é única e exclusivamente culpa do trabalhador.

A escola sempre esteve existindo em função da classe dominante. Dessa forma, não basta apenas assegurar aos trabalhadores as condições materiais de sua reprodução como força de trabalho. A força de trabalho deve ser competente, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção (ALTHUSSER, 1985), diversamente qualificada e reproduzida como tal, é feito no sistema escolar capitalista e em outras instancias a reprodução da ideologia dessa classe dominante, exigindo dos trabalhadores qualificação, de forma mais eficiente “A reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica” (ALTHUSSER, 1985). Essa função da educação e da escola é disfarçada pelos meios ideológicos, sendo um desses disfarces o discurso da empregabilidade.

Estabelecendo uma discussão dialética dos três tipos de educação e produção da escola apresentados neste artigo, visualizamos uma interlocução entre o modelo tradicional, visto como uma forma de padronizar os aspectos morais e valores da sociedade. Este modelo tem se baseado na técnica e na disciplina como forma de dominação e inserção dos indivíduos dentro de uma lógica de produção e vida social, como mostra Enguita (1989) na obsessão da escola com a cópia da indústria como modelo de disciplina. Com o fim do modelo do Estado de bem-estar social e a ascensão do capitalismo no terceiro mundo, esta forma de perceber a educação como inserção social tende a ter seu espaço reduzido.

Uma nova forma de educação para trabalho é configurada ao passo que os espaços para o emprego diminuem, assim como o acesso as benesses do capitalismo. Uma educação para o mercado, pautando-se na individualidade e competição, sobre aspectos da liberdade individual como bem supremo ao passo que se sujeita o educando às necessidades do capital. A manifestação neoliberal sobre a educação se apresenta na forma da empregabilidade, onde as instituições de ensino afirmam que há uma relação direta entre emprego e educação, sendo esta a chave para o sucesso e a riqueza e na forma do desenvolvimento de capacidades empreendedoras como solução para o desemprego estrutural, colocando a capacidade criativa como elemento chave para superação das próprias crises sociais do capitalismo.

Já a educação dentro da perspectiva histórico-crítica, analisada em nosso texto sobre a lógica dos autores que dialogam com Marx, estará negando os modelos tradicional e neoliberal. Estabelece uma posição do educando com relação aos espaços sociais sobre a lógica da crítica e da transformação dos modelos postos. Ao passo que o modelo tradicional te ensina a “se encaixar” no sistema, pela disciplina, pelos conhecimentos morais e técnicos e o modelo neoliberal te ensina a se encaixar em uma sociedade cada vez mais excludente, uma pedagogia crítica passaria da análise histórica e contextualizada dos fenômenos sociais vendo o educando como ser crítico e autônomo, capaz de transformar a sociedade.

Podemos apontar como exemplo destas formas de percepção o grande apelo mercadológico que se estabelecem nas instituições de ensino. Ao passo que as melhores escolas são aquelas que apontam para o acesso aos cursos mais desejados em termos de acesso ao mercado de trabalho, as instituições de ensino superior apostam na propaganda que atrele o estudo ao sucesso objetivo no que tange à questão de alcançar o sucesso no trabalho. Fica relegado à segundo plano uma formação crítica que se posicione contra o papel excludente do desemprego enquanto manutenção de uma mão de obra desejosa (o exército de reserva). Ensina-se o educando a se encaixar em uma sociedade que busca excluí-lo, ao passo que se vende uma ideia de que o desemprego crescente é apenas “falta de aptidões especiais” dos educandos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das leituras de Marx realizadas no decorrer desta disciplina e de nossa vida acadêmica, podemos perceber que o capitalismo tem como intenção manter e maximizar a acumulação do capital e isso se dá a partir da manutenção das estruturas sociais e econômicas sempre a favor da classe burguesa, quer seja pela manipulação da mídia, da escola e de outros aparelhos de reprodução ideológicos e pelo domínio da forma de produção e da classe trabalhadora que atua nas fileiras desse exército. Esses são apenas alguns exemplos dessa dominação, exemplos estes que poderiam compor inúmeras páginas em sua simples descrição.

O que ocorre é que esta própria estrutura do capital tende a ser crítica, gerando de tempos em tempos crises, que são da própria natureza do processo. Dessa forma, em conformidade com a afirmação do parágrafo acima, o capital transforma a forma de exploração da classe operária para continuar obtendo lucro mesmo frente às limitações e deformidades de sua ação sobre o homem e a natureza.

A crise que ocorreu na década de 70 foi decorrente da crise da década de 30, assim como a crise que se apresenta nos dias atuais é decorrente dessas políticas do século passado, a crise é uma situação estrutural do capitalismo. A empregabilidade é um discurso que legitima o desemprego estrutural e culpa o trabalhador por sua incapacidade de se empregar e mais, gera ainda mais lucro para os capitalistas quando estes vendem emprego, vendem promessas em cursos de profissionalização, formação superior e continuada.

Pode-se adicionar ainda a este processo a mercantilização da escola e do estudo, uma formação voltada para o mercado de trabalho, onde os currículos devem fugir de uma formação estética, política e humana, pois o mercado de trabalho não exige isto: os currículos devem se preocupar com o emprego, cada vez mais raro.

Assim, essa manobra do capital tem uma dupla assertiva: ao passo que aliena o trabalhador, transforma o desemprego em algo natural do desenvolvimento do mercado, o desempregado não é aquele que foi excluído do processo pelas condições dessa existência econômica, mas aquele que se excluiu pela pouca preparação, jogando os trabalhadores uns contra os outros em classificação e concorrência violenta. A escola, mesmo que seja uma das instituições à serviço do capital, assim como todas as outras, têm seus espaços de discussão e transformação dessa realidade.

As reflexões que essas leituras trazem são: a escola pode até ter estes espaços de contradição, mas professores sem formação política ou humana terão essa capacidade diretiva? O espaço inicial de conflito pode se dar na leitura dessa realidade na formação de professores em todas as áreas do conhecimento, não restringindo as ciências humanas: ciências da educação, ciências sociais, filosofia ou história, por exemplo, que deveriam formar professores críticos, algo já esperado. Dentro desses espaços pedagógicos pode-se tornar estranho falar em revolução, em atitudes de transformação da realidade social organizada como está, mas o discurso dos professores mais radicais deve parar de serem apenas palavras. Cabem aos seus leitores, educandos e orientandos transformarem em realidade o que foi lido durante anos de graduação e pós-graduação. Não podemos deixar de lembrar-se do próprio Karl Marx e seu posicionamento com relação aos filósofos, não nos cabe mais apenas refletir. É preciso refletir e agir sobre tudo o que foi dito neste trabalho e continuar os estudos e a prática.



## **CAPITALISM CRISIS, EDUCATION AND SCHOOL: NATURALIZATION OF UNEMPLOYMENT**

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the relationship between capitalism and its structural crisis with the latest crisis of the social system and the new configuration of employment and school, aiming to establish a critical discussion on the subject, in addition to its historical contextualization partner. As methodological procedures, we use the literature, with book report and analytical reading of texts that address the reading object. In this investigation, we found that after a long period of expansion, capital goes through a new moment of crisis, where their forms of production are transformed, exponentially increasing the exploitation of workers and the confirmation of the work as an exception, not as a reality to it is easily reached. At this time, the naturalization of unemployment is carried out by the ideological state apparatuses, the service of bourgeois ideology. In this process unemployment is given as a worker's fault, not prepared, qualified to be competing for vacancies in the labor market. The discourse of employability and qualification was assimilated by schools and other educational institutions in recent years, which requires a reflection on the function and school exercise in capitalist times of crisis, as affirming that holding condition or as an exponent of a critique of this increasing exploitation to the working classes. This is the center of discussion of this article.

**Keywords:** Capitalism; crisis; unemployment; education.

### **REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FORRESTER, Liliane. **O Horror Econômico.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise real do capitalismo.** São Paulo: Cortez, 1995.  
GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILI, Pablo. **Três Teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Tradução de Dario Canali. Rio Grande do Sul: L&PM, 1980.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (capítulo XXIV – A Assim chamada acumulação primitiva).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, janeiro/abril de 2007.

Recebido em 22 de abril de 2016. Aprovado em 15 de junho de 2016.